



ReLePe

Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

**I Jornadas Latinoamericanas de estudios epistemológicos en Política
Educativa**

15 y 16 de noviembre de 2012

Buenos Aires, Argentina

**A PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XXI: uma análise a
luz da teoria gramsciana**

Maria de Lourdes Pinto de Almeida
PPGE –UNIPAC / GEPES UNICAMP. Brasil
malu04@gmail.com

Lindomar W. Boneti
PPGE PUCPR. Brasil
boneti.lindomar@pucpr.br

Eje Temática: Produccion de conocimiento y toma de decisiones en perspectiva
epistemologica

“(...) O argumento a respeito dos benefícios sociais da pesquisa não considera o fato de que a ciência se tornou, em si mesma, um importante empreendimento econômico. Hoje, os cientistas constituem um grupo de interesse que compete por recursos com outros grupos de interesse, e por isso pode participar de conflito de classe”. (BEN-DAVID, 1974, p. 249).

O liberalismo recente (nas versões neo e ultra) tem encontrado defesas radicais, no sentido de se fazer valer a política de abertura do mercado. Pode-se destacar como resultado desse radicalismo, o princípio da redução máxima do papel do Estado. Os liberais surgiram em contraposição às doutrinas mercantilistas, que, mesmo admitindo a limitação das regulamentações internas, eram mais favoráveis a uma política governamental ativa, destinada a aumentar a participação nacional nos mercados internacionais. Os liberais, a partir dos fisiocratas e de Adam Smith, radicalizaram o princípio da liberdade interna e ainda mais na esfera externa.

O *credo liberal* foi-se afirmando, graças à industrialização, frente aos princípios da ética paternalista católica e do mercantilismo. Nesse sentido, o individualismo inerente ao liberalismo clássico tornou-se a ideologia dominante do capitalismo, cujos princípios norteadores foram o egoísmo, a frieza calculista e o atomismo. Os indivíduos agiriam movidos pelos impulsos egoístas de maximizar sua *felicidade*, isto é, diminuir o sofrimento e aumentar os prazeres. Adam Smith, o grande sistematizador do ideário liberal, por exemplo, afirma que devemos esperar o pão não da bondade do padeiro, mas do seu egoísmo, pois seria pensando em aumentar os seus lucros e não em fazer uma boa ação que ele se empenharia em produzir suas mercadorias.

Para Smith, (1985, p. 50) no caso de quase todas as outras raças de animais, cada indivíduo, ao atingir a maturidade, é totalmente independente e, em seu estado natural, não tem necessidade da ajuda de nenhuma outra criatura vivente. O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero e você terá isto aqui, que você quer - esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da

benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles¹. (SMITH, 1985, p. 50.)

Ao lado do egoísmo calculista, destaca-se a atribuição de uma inércia originária constituindo a natureza humana. Nesse aspecto, os fatores desencadeadores da ação seriam o prazer e a dor. A natureza submeteu o homem a dois senhores: a dor e o prazer, sendo que o prazer difere da dor apenas quanto à intensidade, sem, portanto, haver diferenças de qualidade entre ambos.

Nas próprias tendências individuais encontrar-se-ia as tendências *harmonizadoras* do mercado. Movido por essas forças inerentes aos indivíduos, o mercado não necessitaria de nenhuma intervenção governamental. O livre jogo das forças agindo nos indivíduos, ainda que aparentemente desordenado, produziria uma harmonia em sua totalidade. Bastaria desatramancar a livre iniciativa e a livre concorrência para que tudo ocorresse de forma adequada à natureza das coisas.

Na verdade, como certos defensores do mercado costumam admitir, o liberalismo radical seria um anarquismo. Entretanto, os liberais não estariam dispostos a admitir outros valores do *anarquismo* sem cair em contradição. Contudo, certas linhagens liberais admitiram um intervencionismo mitigado ou até mesmo *aprofundado*. Isso se tornou uma tendência depois do *Crack* da bolsa de valores de *New York* e da onda de falências, cortes drásticos na produção e nos investimentos, com altíssimo nível de desemprego.

Enquanto durou o círculo vicioso do declínio da renda nacional e do desemprego em massa, milhares de corporações faliram e milhões de trabalhadores perderam seus empregos. Perante tal quadro ameaçador da

¹. SMITH, A., A riqueza das nações, S.P. Nova Cultural. 1985, vol. I., p. 50.

liberdade e da propriedade, bens sagrados do credo liberal, surge a idéia de um controle centralizado da economia, capaz de sanar os males provocados pelos *desarranjos* ou *desajustes* do mercado, que, na verdade, seriam crises profundas do capitalismo.

O papel do *intelectual* torna-se fundamental frente aos novos desafios da ciência, que se traduzem, sobretudo, na tendência do saber a se tornar mera mercadoria ou na possibilidade de tornar-se um fator estratégico para se promover o *bem comum*. Entre os acadêmicos uma frente capaz de resgatar os valores sociais da ciência pode ser formada no sentido de reverter a tendência a mercantilização. Mas até que ponto eles podem se articular para reverter esse processo, uma vez que boa parte deles se beneficia economicamente disso?

O pensamento de Antonio Gramsci tem se revelado um prisma eficaz para se compreender a atividade intelectual. As idéias desse pensador permitem explicitar aspectos da relação entre ciência e sociedade, a partir da perspectiva do desequilíbrio entre interesses sociais contrapostos. Gramsci fornece um quadro crítico ou um crivo para uma análise da atividade intelectual em sua correlação com as forças econômicas, os interesses de classes, possibilitando correlacionar aspectos empresariais e acadêmicos além de políticos da criação científica-tecnológica. Em termos mais rigorosos, as teorias gramscianas são férteis para uma análise da relação entre a base material, econômica e o nível das elaborações intelectuais, da articulação dos aspectos estrutural e superestrutural da realidade social. A questão posta no texto *Os Intelectuais e Organização da Cultura* interrogando se os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente, ou se cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais continua pertinente. (Gramsci, 1995, p. 03).

Apresentaremos aspectos do pensamento de Antonio Gramsci que nos permitem compreender como as tendências predominantemente hegemônicas apresentadas na universidade pública se articulam. Para isso vamos retomar alguns conceitos básicos tais como: sociedade civil, sociedade política, hegemonia, intelectual orgânico, ciência e técnica no pensamento do autor. O

ponto fundamental para se compreender a obra de Gramsci se encontra na articulação entre infra-estrutura e superestrutura. Trata-se de um vínculo que na dialética gramsciana é concebido como bloco histórico. Enquanto bloco, esse vínculo é uma combinação de vários elementos correlatos, mutuamente influentes. É na base material da sociedade que se configuram as relações de forças básicas ou econômicas. Nela que se enraíza de imediato a subsistência humana, que dividem os homens conforme os interesses antagônicos, de acordo com a distribuição de classes no interior de uma formação histórica ou modo de produção. A superestrutura, contudo, ao invés de ser mera projeção ou epifenômeno dessa base material apresenta-se também como constitutiva.

É em consonância às relações materiais que se articulam as estruturas de comandos e controles quer em seus aspectos militares, políticos, jurídicos, religiosos, científicos, artísticos, num leque que vai do emprego da força bruta até as formas mais sutis de se produzir *consenso*.

Pode-se falar numa *relativa* autonomia superestrutural ou organizacional, mas não se pode concebê-las sem serem correlato das forças básicas predominantes historicamente. Isto significa que naquele nível ocorrem as lutas decisivas, capazes de manter ou transformar as relações básicas ou de classes sociais. Contudo, as oportunidades de manutenção ou transformação se encontram intimamente ligadas à própria infra-estrutura. Quer dizer, outrossim, que as disparidades das manifestações superestruturais ou ideológicas, se explicam pelos interesses materiais aos quais, em última instância, elas se referem. Assim, as visões de mundo que justificam e tendem a perpetuar determinadas práticas constituem-se a partir dos interesses econômicos dos quais elas fazem frente.

A *sociedade civil*, tal como ela era concebida no pensamento de Marx, caracterizaria a atividade dos homens na busca pela sobrevivência, princípio que, no capitalismo, configura-se na relação capital-trabalho e no mercado ou *conjunto de relações econômicas*.

No *mercado*, os homens despontar-se-iam como investidores, produtores e consumidores. Ainda que Gramsci parta das noções de Marx, ele define a sociedade civil associando-a à luta hegemônica e, portanto, também à superestrutura. A sociedade civil configura-se então como hegemonia cultural e política de um grupo social sobre o conjunto da sociedade². Assim, a sociedade civil compreende diversos elementos, tais como: a ideologia da classe dirigente, concepção de mundo e direção ideológica da sociedade. Desse modo, a sociedade civil pode ser compreendida como conjunto dos elementos que configuram uma tendência organizacional e administrativa da sociedade.

A tendência predominante resulta, porém da interação da ciência, religião, arte, direito, filosofia, senso comum, folclore, enfim das várias formas pelas quais a concepção de mundo e os valores e interesses de determinada classe são incorporados socialmente. Mas essa tendência predominante não é absoluta e está sujeita a reviravolta conforme as lutas sociais (*práxis*) e as transformações nas disposições econômicas ou nas relações de classes. A sociedade civil é *campo de luta* hegemônica, em que a batalha se trava no interior dos aparelhos privados de difusão de idéias e valores construtores de consensos que são as bases das tendências predominantes. Tais aparelhos são as instituições com caráter cultural tais como escolas, igrejas, empresas...

A universidade e a academia apresentam-se como centros difusores da ideologia conforme o saber que se produz e, sobretudo, a linguagem nacional da qual elas seriam guardiãs.

A dominação e/ou a emancipação social nas sociedades mais evoluídas politicamente se dão no interior da sociedade civil. A sociedade política, o Estado enquanto aparelho repressor fora do direito e da polícia, apresenta-se a partir dessa dupla possibilidade inerente à sociedade civil (a dominação e a emancipação). A classe dominante economicamente, ainda que controle os aparelhos ideológicos onde se maquina o consenso, necessita do uso do constrangimento enquanto suporte para garantir a opressão sem o qual não

consegue manter a exploração. A *sociedade política* constitui-se no aparato estatal, voltado para manter, induzir e impor determinadas relações conforme as definições das forças hegemônicas.

Contudo, não se podem estabelecer linhas demarcatórias entre esses dois setores da sociedade, pois eles são organicamente vinculados. Nesse bloco, ou totalidade orgânica, a dominação adquire as forças de *direção intelectual, moral e coercitiva* conforme se passa, do consenso ou controle da opinião pública para o uso da violência institucionalizada (exército, direito) ou não (organizações paramilitares). No seio da própria *sociedade civil*, já despontam os elementos da *sociedade política*³. Tanto no uso da força, como no de produção do consenso, a atividade estatal tem na *sociedade civil* seu ponto de partida e de chegada. Assim, a caracterização do privado, enquanto expressão da sociedade civil, e do público, enquanto espaço do político, torna-se problemática, uma vez que as divisões e as contradições da *sociedade civil* tornam inadequado qualquer manifestação do “bem comum” capaz de contemplar as diferentes manifestações das atividades econômicas. Por isso, no capitalismo, a esfera pública, onde as tendências hegemônicas se configuram, tende a ser sempre correlato das atividades *privadas*. Revolucionárias seriam as tendências predominantes que efetivamente promovessem o bem da coletividade como um todo.

Ao caracterizar o político como esfera do constrangimento, em que a força é usada para manter *tendências*, e o privado, enquanto campo da luta ideológica, Gramsci (1991) indica uma nova forma de se pensar o *público*. Trata-se do coletivo enquanto organicidade, em que os vínculos se estreitam e se soldam, de modo a integrar as manifestações singulares, de incorporá-las num bloco. A hegemonia significa que o público assim constituído apresenta-se como universal ou comum ainda que não o seja.

³ "Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter *dúplice – natural, contratual ou voluntário – uma ou mais prevalece relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido como aparelho governante-coercitivo*" GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. (8^a. edição), R.J. 1991, Civilização Brasileira, p. 151

Gramsci fala de várias formas de se obter a vontade coletiva. Ela pode surgir extrinsecamente, quando um *herói* ou *homem representativo* a propõe, sendo, porém instável: *compondo-se e decompondo-se continuamente*. (Gramsci, 1991, p. 169). Ela também pode surgir a partir do *fetichismo*, num processo em que se atribui ao todo as organizações um poder operante que de fato não possuem.

Por fim, existe a real expressão do coletivo que "é constituído de indivíduos singulares, os quais formam o organismo na medida e que se entregam e aceitam ativamente uma hierarquia e uma direção determinadas". (Gramsci, 1991, p.177). Essa consciência coletiva se forma conforme um consenso ativo e direto, com a participação dos indivíduos, com o atrito entre eles, "mesmo que isso provoque uma aparência de desorganização e tumulto".⁴ Neste caso o organismo não é estranho aos indivíduos.

Com essa concepção de vontade coletiva o Estado em Gramsci adquire um novo enfoque, ou seja, ele é ampliado. O autor critica a noção de Estado guardião do ideário liberal. Essa concepção não faria sentido quando o Estado exerce diretamente funções econômicas e ideológicas. Portanto não se pode mais conceber um Estado incumbido apenas de manter a lei e a ordem pública. O Estado é "além do aparelho governamental, também o aparelho 'privado' de 'hegemonia' ou sociedade civil". (Gramsci, 1991, p. 147). O Estado guardião estaria voltado apenas para a repressão e o constrangimento... O Estado mínimo, ou apenas "guardião da 'lealdade do jogo' e das suas leis" (Gramsci, 1991, p. 149), torna-se uma ficção na perspectiva gramsciana.

Conforme a noção de Estado ampliado as relações entre a sociedade civil e a política se mesclam podendo ocorrer apenas que, numa determinada situação, uma prevaleça sobre a outra⁵. Contudo elas estão implicadas, pois não é possível

⁴ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*.(8ª. edição). R.J. Ed. Civilização Brasileira. 1991.p. 178.A verdadeira expressão da originalidade deveria ser a democrática. "que é um centralismo em movimento real, um modo de temperar os impulsos da base com o comando da cúpula, um inserimento contínuo dos elementos que brota do mais fundo da massa na cornija sólida do aparelho de direção que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências".(Idem. p. 83.)

⁵ "a estreita colaboração e, inclusive, o caráter ambivalente dos órgãos das sociedades civil e política se traduzem, nos *Quaderni*, em uma ampliação do conceito de Estado, entendido como o conjunto dos órgãos,

submeter os governados apenas através da força, um mínimo de persuasão e consenso sempre estaria presente. O Estado em seu significado integral passa a ser concebido como "sociedade civil mais sociedade política, isto é, hegemonia revestida de coerção" (Gramsci, 1991, p. 149) ou ditadura mais hegemonia. Gramsci concebe a noção de sociedade regulada como uma forma superior de organização social. Essa nova forma de organização social adviria posteriormente ao Estado-ético⁶, que assumiria uma função civilizadora capaz de elevar as massas à condição de sujeitos históricos, bem como de desenvolver a economia e promover a melhoria das condições materiais da vida humana

A sociedade regulada seria uma sociedade sem classes, pois as distinções entre os homens baseadas nas relações que estabelecem com os meios sociais de produção não existiriam mais. A sociedade regulada representaria o fim do Estado promovido, não mais por uma classe exploradora e que representasse apenas interesses parciais, mas pela classe que realmente seria capaz de suprimir as diferenças de classes, pois representaria a maioria social e colocaria seus interesses como os verdadeiros interesses de todos. Com isso a repressão e o constrangimento não seriam mais necessários e a sociedade política seria reabsorvida ou identificado pela e na sociedade civil. (Gramsci, 1991, p. 150).

Para Gramsci as lutas sociais e políticas nas sociedades atuais se dão menos *contra* o Estado do que no Estado. Este se apresenta como instância mediadora de interesses de classes, em vez de um mero representante da classe dominante. Nele, portanto, os antagonismos se manifestam. O papel do intelectual orgânico é o de organizar, conduzir e persuadir as massas produzindo consensos. Ao ampliar o Estado ele amplia, também, o papel do intelectual.

A noção de intelectual orgânico criada por Gramsci diz respeito à atividade de integração da estrutura e superestrutura, dando a elas um *vínculo orgânico*.

qualquer que seja seu estatuto formal- organizações 'privadas' ou aparelhos de Estado, através dos quais é exercida a influência do grupo dominante" PORTELLI, op. cit., p. 35.

⁶ GRAMSCI destaca essa função ética do Estado. "*Cada Estado é ético quando uma das suas funções mais importantes é a de elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral ou o tipo que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto dos interesses das classes dominantes*". (*Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*.(8ª. edição). R.J. Ed. Civilização Brasileira. 1991.p. 145).

Tais intelectuais não constituem uma classe, mas vinculam-se a determinadas classes que ao surgirem enquanto dominantes já produzem seus intelectuais, como sua *autoconsciência cultural e autocrítica*.

A autonomia dos intelectuais orgânicos frente às classes que os representam eleva-os acima do estágio econômico-corporativo. Ao se desprenderem da classe dominante os intelectuais orgânicos unem-se mais intimamente a ela *para constituírem uma verdadeira superestrutura, e não apenas um elemento inorgânico e indistinto da estrutura-corporação*. (Gramsci, 1991, p. 424). A relação do intelectual com o mundo se dá num processo pelo qual os momentos se articulam numa relação mediatizada e graduada. Essa relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é sim 'mediatizada', em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais *são precisamente os funcionários*". (Gramsci, 1995, p. 10).

Como recorda Portelli (1991), o caráter mediato do vínculo orgânico manifesta-se, sobretudo, por causa do choque com as camadas dos intelectuais do antigo bloco histórico suplantado pela classe dominante que representam. Os intelectuais do antigo bloco histórico são denominados *tradicionais* formados pelo agrupamento das *"diversas camadas de intelectuais que existiam antes do surgimento da nova classe fundamental"*.

A partir dessa noção mais ampla de intelectual passamos a analisar a questão da produção da ciência no pensamento de Gramsci. Conforme o autor, a classe detentora do capital *monopoliza* a cultura, a ciência e a arte. A ciência torna-se, portanto, meio de apropriação e expropriação econômica e cultural. Os intelectuais apropriando-se do conhecimento e detendo os instrumentais para produzi-lo e transmiti-lo, contribuem para explicar, conservar ou transformar a sociedade na qual estão inseridos. A universidade, na sua correlação com os meios de produção material, reproduz e corresponde às necessidades sociais, conforme as influências dos grupos organizados defensores dos interesses de classes.

Nesse contexto, a academia pública, no ideário gramsciano, apresenta-se como uma esfera em que se refletem as disparidades das atividades econômicas ou as diversas tendências hegemônicas. Ela é o que Gramsci denominou de aparelho privado de hegemonia. Para Gramsci (1995, p. 125) em um novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deverão se tornar a organização (da sistematização, expansão e criação intelectual) dos elementos que, após a escola unitária, passará para o trabalho profissional, bem como um encontro entre esses e os universitários. Assim, enquanto revolucionária, a academia tem uma função ética. Cabe a ela atuar no sentido de elevar ("selecionar e desenvolver") as *"capacidades individuais das massas populares"*.

Gramsci (1995, p. 155), propôs uma organização acadêmica capaz de unificar (vivificar de alto a baixo) os vários tipos de organizações culturais existentes. Trata-se de uma *"centralização de competências e especializações"*. Com isso, propõe-se unificar o trabalho acadêmico tradicional ⁷ com as atividades ligadas à *"vida coletiva"*, isto é, com o mundo da *"produção e do trabalho"*. Assim para Gramsci, a questão da aplicação da pesquisa no setor produtivo é algo fundamental. Contudo, dentro dos propósitos da academia, esse ponto é apenas um dos elementos capazes de elevar as condições materiais e culturais da existência dos homens. O objetivo máximo da organização da cultura seria o de *"obter uma centralização e um impulso da cultura nacional"* como nunca se tinha visto antes, de modo a *"confluir e solidificar-se o trabalho das academias e das universidades com as necessidades de cultura científica, das massas nacionais-populares, reunindo a teoria e a prática, o trabalho intelectual e o trabalho industrial"* (Gramsci, 1995, p. 155).

Juntamente com novas formas de produção surgem novas visões de mundo exprimindo novos modos de relações entre os homens e a natureza e entre os próprios homens. A ciência pode ser compreendida tanto como elemento

⁷ "Que se expressa principalmente na sistematização do saber passado ou busca fixar uma média de pensamento nacional como guia da atividade intelectual" GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. (9ª. edição). R.J. Ed. Civilização Brasileira. 1995. p. 126.

superestrutural, produtora de visões de mundo, de valores capazes de engendrar consensos políticos (em torno do justo e do aceitável), quanto também como elemento infraestrutural, produtora de máquinas e processos capazes de incrementar os meios de produção.

Na perspectiva do conceito de *intelectual orgânico*, engajado na luta política conforme as frentes dos interesses de classes, a universidade pode ser pensada como um duplo e articulado campo de atuação. Tanto como incremento da força produtiva e do lucro, quanto de confronto político e ideológico, da busca da hegemonia e da supremacia (momento de unificação do consenso e da conquista do poder de *fato*). Nesta perspectiva, as relações entre a universidade e a empresa podem ser pensadas, não apenas como relações de interesses de transferência de técnica, (academia = balcão de tecnologia), mas, sobretudo, como relações políticas em que os *interesses econômicos* e os *fins públicos* encontram-se correlacionados na luta hegemônica.

A ciência só pode ser pensada como atividade neutra desvinculada da política (valores e ideologia das tendências de classe) se concebida abstraída do contexto histórico, da práxis. Desse modo, pode-se falar da atividade acadêmica enquanto um contributo para o progresso do patrimônio comum do saber humano. Assim, ela se compreende como atividade *pública* desinteressada. Essa ilusão já foi duramente denunciada, mesmo em seu nascedouro no século XVIII, mas coube às diversas correntes denunciarem o caráter ideológico e classista de tal atividade.⁸ Gramsci (1995b, p.71) denuncia o caráter encantador dessa concepção de progresso científico positivista, em que se vislumbra um sentido escatológico, uma salvação mecânica, em que se dispensa o esforço do homem, uma vez que se crê que tudo vai por si, conforme o avanço das “*especializações dos novos ramos de investigação*”.

⁸ - Segundo GRAMSCI, Antonio, “a ciência é superestrutura, uma ideologia, e como tal, ela não escapa do carácter agonístico, do embate hegemônico de classes. A ciência e a técnica dos árabes eram tidas pelos cristãos como pura bruxaria”, in *Concepção dialética da história*, R.J. Ed. Civilização Brasileira, 1995 b, trad. N. Coutinho, 10ª. edição, p.71.

As relações entre as ciências naturais e sociais, unidas pela concepção de práxis, separam-se pela noção de objeto. As primeiras, no sentido positivista, dos quais dificilmente podem se desvencilhar e se voltam para o estudo do natural, enquanto afastamento do que é humano, subjetivo, circunscrevendo um campo de rigor em que a interatividade, relação sujeito-objeto, permanece sob controle, supostamente incapaz de interferir decisivamente nos resultados.

Nas ciências sociais que estudam a práxis humana (a produção e a manutenção das instituições humanas, que vão desde a linguagem até o Estado), ainda que o rigor metodológico esforce-se por eliminar a subjetividade, o pesquisador reconhece-se como parte integrante do objeto, uma vez que os resultados das pesquisas tendem a interferir no próprio objeto. Mas, na verdade, todas as ciências (quer naturais ou sociais) são atividades humanas e o saldo de ambas se dá como práxis. Há um caráter antropológico irreduzível nas ciências naturais também.

Cabe ao trabalho crítico do *intelectual orgânico*, enquanto representante e agente de uma determinada classe, re-interpretar os fatos, desviando as tendências ideológicas indesejadas inerentes a um sistema de hipóteses filosóficas implícitas numa determinada *ciência*. Razão pela qual, admite Gramsci, um grupo social pode *apropriar-se* da ciência de outro, sem aceitar a sua ideologia.

As ciências naturais determinam-se-iam pelo caráter quantitativo, ao passo que as ciências da práxis vinculam-se ao qualitativo. Ainda que o nexos quantidade-qualidade seja inseparável, eles distinguem-se por um critério operacional. O quantitativo admite previsões e a construção de planos de trabalho.

A relação entre conhecimento e tecnologia é histórica. Abstraída do contexto, ela se apresenta como incremento da atividade produtiva, revelando-se relação do homem com a natureza. A análise das relações entre ciência e progresso técnico revela a história de tal empreendimento humano. No entanto, essa história faz parte de uma história mais ampla, movida pelas contradições de interesses, pela luta de classes. (o problema da afirmação ou negação da luta de

classe é ideológico, hegemônico, mas fundamental para compreendermos a práxis acadêmica).

A *informação científica*, voltada para o incremento da força de produção, atua tanto na preparação do trabalhador para determinadas funções, especializando-o ou suprindo com o saber necessário para efetivar determinadas tarefas, como também atua diretamente na produção da tecnologia, na construção de máquinas e processos capazes de aumentar a eficácia dos meios de produção e incrementar o lucro, a mais valia. Nesse âmbito, a atividade intelectual, desenvolvida na academia, liga-se diretamente com a *estrutura produtiva*. Estudar esse vínculo significa analisar a atividade do intelectual, seus produtos (informação e tecnologia) e o destino, as empresas que incorporaram tal saber. Esse recorte analítico circunscrever-se-ia no levantamento dos progressos efetuados, indo desde a origem dos projetos até os resultados práticos verificáveis na *produção*. Nesse caso o intelectual se confunde com um funcionário do progresso técnico científico, quer esteja atuando nos centros privados de pesquisa ou nas universidades públicas.

Ao se estudar, por outro lado, a prática do intelectual enquanto inserido no contexto histórico mais amplo, novos elementos apresentam-se. Entre estes, destacam-se as opções e as posições do intelectual frente à correlação de forças políticas. Neste âmbito, interessa a análise das concepções ideológicas inerentes às práticas dos intelectuais. Ideológico no sentido de visão de mundo, de sociedade e, sobretudo, do papel da ciência. Aqui se exige um posicionamento político do *acadêmico*. Esse posicionamento pode ser tácito ou confesso. As linhas de pesquisa, os objetos escolhidos, os convênios e os fins aos quais destina sua pesquisa mostram as opções inerentes à atividade, tanto quanto a sua fala ou o que se expressa em entrevistas, atas, artigos de posicionamento político.

Considerações Finais

Quando se fala em ideologia referimo-nos às concepções de público e privado, em que se compreendem termos como governo e mercado, iniciativa

privada e iniciativa do Estado. Nesse sentido, admitimos que os fatores mais influentes sobre a pesquisa seriam as tendências do mercado, ou as demandas por novos processos e incrementos tecnológicos, em função da concorrência entre empresas, bem como os programas de governo voltados para Pesquisa & Desenvolvimento. No primeiro caso, as pesquisas obedeceriam à própria dinâmica *anárquica* do mercado. No outro, ela se daria conforme parâmetros e objetivos prefixados e politicamente orientados, conforme as tendências hegemônicas. Nesse sentido, duas inclinações: a privada, em que não haveria um controle *prévio* por uma autoridade centralizada; e a pública, em que se verifica uma diretriz dada por uma autoridade comum, no caso o *Estado*, enquanto representante da *coletividade*. Cabe determinar o que é público ou coletivo. Nisso reside o aspecto ideológico, uma vez que estamos no campo da *persuasão*.

Na complexidade histórica não se pode desvincular Estado de mercado, quer dizer, as relações econômicas das relações políticas. Pode-se falar de hegemonia, no sentido de que as forças ligadas aos interesses do mercado, do lucro prevaleçam, no sentido de determinar um consenso, capaz de garantir *diretrizes públicas* voltadas para os interesses do capital, assim como se pode falar na hegemonia das forças intervencionistas, que negando a mera dinâmica do mercado enquanto determinante das diretrizes comuns, visam regular ou modular o próprio mercado, no sentido de contrariar a sua *espontaneidade* anárquica. Trata-se de hegemonia no sentido de que as tendências públicas imprimidas pelo Estado, quer conforme os interesses do *livre mercado* ou dos que propõem discipliná-lo ou suprimi-lo, exigem um consenso e um constrangimento que só podem se efetivar com o uso do aparelho governamental. A luta política (hegemônica) trava-se em torno da ocupação dos espaços do Estado, os mecanismos de controle do público.

Nesse sentido, é que o desmantelamento da universidade pública ou seu incremento dependem das tendências hegemônicas de plantão. O mesmo se diz dos *incentivos* públicos para a privatização da pesquisa, criação de centros de desenvolvimento tecnológico diretamente vinculados às exigências das empresas.

Mesmo no interior da universidade pública os rumos da pesquisa dependem das tendências hegemônicas vinculadas aos projetos, aos grupos de pesquisas, aos departamentos, às reitorias. Trata-se das forças capazes de determinar o que é prioritário. Em todo caso, mesmo a tendência hegemônica *rotulável* de liberal ou de intervencionista, nos seus diversos matizes, supõe a existência de uma esfera pública (independentemente do nome e das conseqüências inerentes às idéias de *soberania nacional e compartilhada*). Ambas, tanto a liberal quanto a intervencionista, supõem os aparelhos ideológicos e políticos, no sentido gramsciano, enquanto dispositivo para se efetivar as tendências hegemônicas.

No entanto, deve-se lembrar que o embate hegemônico em Gramsci supõe que a verdadeira práxis, “*não é o instrumento de governos ou de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas*”. Afirma-se, ao contrário, que a práxis é “*expressão das classes subalternas que querem educar a si mesmas na arte do governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades –inclusive as desagradáveis – e evitar enganos.*” (GRAMSCI b, 1995, p. 270).

Trata-se de uma radicalização da democracia, a qual o capitalismo não suportaria. É nesse sentido que a noção de *sociedade regulada* gramsciana supõe uma liberdade política que, por si só, significa muito mais que um controle ou uma eliminação do mercado, uma reestruturação das relações de produção, mas uma socialização da economia e da informação. O advento da *sociedade regulada*, implica numa era em que no livre jogo hegemônico, enquanto embate de ideologias, não se admite o controle pela força nem apropriação privilegiada do saber por uma classe em detrimento da outra.

Antes de acusar Gramsci de pedagogismo romântico, deve-se salientar o caráter agonístico em torno da disputa pela informação, ponto sem o qual a concepção de *intelectual orgânico*, ou de *príncipe moderno*, esvazia-se, sendo, portanto, superada pelos novos tempos. O cimento do bloco histórico deve ser visto como o saber circulando entre intelectuais e a massa, o que acaba por admitir a não distinção entre ciências naturais e políticas, entre um saber

meramente voltado para o incremento técnico e um conhecimento *político* (das relações humanas) visando apenas tomar o poder e mantê-lo. Ainda que cada um atue no seu nível, (a relação homem-natureza e relação de poder entre os homens), as duas esferas da ciência estarão sempre implicadas. Ao apropriar-se dos meios de produção, os trabalhadores apropriam-se do saber (da produção do conhecimento) capaz de mantê-los e incrementá-los. Nesse caso, implica redefinir os rumos da pesquisa não conforme o mercado, mas conforme as exigências coletivas (hegemônicas).

As noções gramscianas são importantes para uma análise histórica da atividade acadêmica. Elas nos permitem pensar o papel do intelectual, em suas várias modalidades. É possível contrapor o intelectual, comprometido com a transformação da sociedade capitalista, rumo a uma organização econômica mais justa, aos atrelados ao interesse do capital, portanto direcionados pelos rumos do mercado, movidos pela lógica do lucro. No entanto, deve-se lembrar que o embate hegemônico em Gramsci supõe que a verdadeira práxis, “*não é o instrumento de governos ou de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas*”. Afirma-se, ao contrário, que a práxis é “*expressão das classes subalternas*” que *querem educar a si mesmas na arte do governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades –inclusive as desagradáveis – e evitar enganos.*” (GRAMSCI b, 1995, p. 270).

Referencias Bibliográficas:

BEN-DAVID, J. *O Papel do Cientista na Sociedade*. S.P, EDUSP, 1974.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995b.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. R.J. Editora. Civilização Brasileira. 1995 a. 9ª edição.

_____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. R.J. Ed. Civilização Brasileira, 1991, 8ª edição.

_____. *Quaderni del carcere*, Torino, Einaudi Editore, 1975, vol. I e II.

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. S.P. Paz e Terra, 1991.

SMITH, A, *A riqueza das nações*, S.P. Nova Cultural. 1985.
